

A produção de commodities



Por **RAIMUNDO PIRES SILVA***

O agronegócio não está comprometido com a democratização da terra ou um projeto de alimentação saudável

O agronegócio, associado aos meios de comunicação de massa, difunde uma noção difusa de modernidade, de produtor de alimento, de produção sustentável e de gerador de divisas no mercado internacional, infundindo certo consenso mítico nacionalista junto à sociedade. Por seu turno, o agronegócio, de fato, é um modo de produção de commodities desnaturalizado, com caráter dependente e associado ao capital financeiro global, como se segue.

As *commodities* agrícolas no contexto global da comercialização contemporânea foram, cada vez mais, influenciadas pelos movimentos especulativos, se tornando uma classe de ativo financeiro. Anteriormente, os derivativos de *commodities* eram utilizados como instrumento de *hedge*, contrapondo a volatilidades dos preços desses bens.

Recentemente, houve a incorporação desses mercados pela especulação mundial, estabelecendo uma correlação entre as *commodities* e outros segmentos financeiros, um processo rentista descolado da produção real.

Bancos, como o Goldman Sachs, o Morgan Stanley e o Citibank, assim, como outros atores financeiros migraram para esse mercado. Por exemplo, a BlackRock, uma das maiores empresas de investimento do mundo, tem um Fundo de Agricultura para investir em ativos como: mercado futuro de commodities agrícolas, terras rurais e empresas transnacionais de suprimento de *commodities* e insumos. Em sua carteira de ações estão as da Monsanto, Syngenta, Tyson Foods, Deere e Co e a ADM, entre outras.

As empresas transnacionais de suprimento de *commodities* e de insumos (fertilizantes e agrotóxicos) agrícolas compõem suas atividades com as formas especulativas-financeiras. Um número restrito dessas empresas (oligopólio) controla as principais cadeias de *commodities* e de insumos com a infraestrutura financeira correspondente e o sistema especulativo complementar dos derivativos. Intervém nas flutuações do mercado financeiro global, inclusive na provocação e aproveitamento dessas flutuações.

Deste seleto grupo transnacional, atuam no mercado nacional de *commodities*: Cargill, ADM (Archer Daniels Midland), LDC (Louis Dreyfus Company) e Bunge. Mais recentemente, o grupo Wilmar, de Cingapura e a estatal chinesa Cofcoa. No de agrotóxicos, Syngenta, Bayer, BASF e DuPont. No de fertilizantes está hegemonizado pela Norsk Hydro e Mosaic.

Na manufatura de bens intensivos de recursos naturais (agroindústrias de açúcar/álcool, papel/celulose, suco e carne, entre outras) houve a transformação do perfil de gestão, tanto com a presença de capitais estrangeiros no controle da cadeia de valor, como a internacionalização de ativos nacionais. Este processo sucedeu, principalmente, através de fusões e aquisições comandadas por bancos e outras instituições financeiras. Um exemplo, é a agroindústria canavieira com a entrada de capital externo como ativos físicos; e outro exemplo, é o setor do processamento da carne, onde a JBS galgou a ser a principal fornecedora mundial de carne bovina do mundo.

O mercado de terra e o rentista mundial se mesclaram no território nacional, com o investimento do capital financeiro na busca de valorização/especulação fundiária, o qual se tornou aparente após 2008, em decorrência da crise econômica. A compra de terras combinada com a especulação nos mercados financeiros determinara a expansão de empresas de negociação de terras agrícolas (compra, venda e arrendamento), tendo como principal fonte de recursos financeiros os fundos de investimento globais – a terra um ativo financeiro global.

Por exemplo, a SLC Agrícola (maiores produtores de grãos e fibras do mundo) administra a SLC Land em *joint venture* com o fundo inglês Valiance, controlando quase meio milhão de hectares de terra.

A companhia Radar Imobiliária Agrícola S/A, controlada pelas empresas COSAN limited e Mansilla Participações, (sócia majoritária, da qual o fundo de pensões TIAA – Teachers Insurance and Annuity Association of America – é proprietário integral), administra cerca de 300 mil hectares.

O capital financeiro terceiriza os negócios com terras, se isentando de responsabilidade por impactos causados com a especulação no campo brasileiro, já que não são proprietários diretos das terras – uma característica oculta na apropriação a respeito da origem de fato do capital.

Por fim, o capital financeiro global busca alçar à terra a lógica rentista, transformando a propriedade fundiária em uma oportunidade de ativo financeiro, independentemente da produção primária real. Por esse motivo, o governo atual editou a Medida Provisória (MP) 892/2019, transformada na Lei Ordinária 13986/2020. Essa Lei ordinária instituiu a afetação de propriedade, ou seja, o desmembramento da propriedade para efeito de garantias do crédito, não sendo mais necessário comprometer o total da propriedade, e constituiu a CIR (Cédula Imobiliária Rural), a qual poderá ser negociada no mercado de títulos e valores mobiliários.

Isto posto mostra uma sujeição da soberania territorial e agrícola aos interesses imperativos do agronegócio. Um modo de produção que deixou de ser nacional, adaptando-se a processos que redefiniram sua funcionalidade ao capital global.

***Raimundo Pires Silva** é engenheiro agrônomo, doutor em Desenvolvimento Territorial e Ambiental pela UNIARA.

Publicado originalmente no jornal [Brasil de Fato](#).